

## **Reflexões para a expansão do ensino do português como língua estrangeira**

Filipa Maria Valido Viegas de Paula Soares  
Coordenadora da Rede de Ensino Português para Espanha e Andorra  
Docente da Universidade Autónoma de Madrid  
Responsável do CLP-IC de Madrid  
[filipa.validoviegas@uam.es](mailto:filipa.validoviegas@uam.es) / [fsoares@instituto-camoes.pt](mailto:fsoares@instituto-camoes.pt)

### **1. A Europa e o ensino das línguas**

Reflectir sobre a importância do português em Espanha implica a realização de uma análise profunda sobre as estratégias que se têm vindo a adoptar na implementação do PLE e no que, todavia, nos cumpre realizar no que concerne a uma política de língua no exterior, por parte das entidades competentes.

Hoje em dia, já não tememos a conceptualização do estudo da língua desde uma perspectiva económica, assumindo-a como uma mais valia para o desenvolvimento de um país.

Numa Europa, a par de um mundo deveras globalizado e imerso na sociedade da informação, a existência de um património linguístico europeu conduz ao surgimento de “indústrias da língua” (Mateus 2001: 111), cujas políticas educativas nacionais devem desenvolver, interna e externamente, programas adequados ao ensino/aprendizagem que visem a promoção das mesmas, principalmente daquelas que, nesta macro fronteira europeia, se encontrem numa situação de desvantagem, face ao número de falantes ou face à pouca pujança das economias nacionais.

Bem sabemos que ouvimos, amiúde, a afirmação de que em Portugal não existem políticas linguísticas adequadas à projecção do Português e ao modo como implementar o seu ensino/aprendizagem a nível curricular nos sistemas de ensino estrangeiros. Em 2001, aquando das celebrações do Ano Europeu das Línguas, festejou-se a diversidade linguística e cultural europeia com o lema “Mais língua, mais Europa”. Este evento visou celebrar não só a diversidade linguística e cultural da Europa, mas também incentivar todos os cidadãos a aprender mais línguas, além da sua língua materna.

Todos nós somos conscientes de que a diversidade linguística europeia é o elemento chave da sua identidade, da sua herança patrimonial. É um bem cultural, cuja importância de preservação é fundamental para progredir adequadamente no futuro, não se podendo, nem se devendo centralizar as questões de aprendizagem linguística numa só língua, entendida como língua franca, como forma de «assegurar a nível internacional um meio comum de comunicação» (Hub Faria 2001: 14).

A necessidade de comunicar é uma característica inerente ao ser humano; contudo, a simplificação dos canais de transmissão adoptados, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, em que o inglês assumiu a liderança de língua universal, e não desdenhando da sua importância, conduziu-nos a uma certa desculturalização da idiosincrasia europeia, a qual radica precisamente na pluralidade de línguas e culturas.

2001 representou a tomada de consciência, por parte das entidades competentes, de que uma Europa política e economicamente fortalecida surgiria pela celebração da sua diversidade dentro da unicidade, representada pela própria União Europeia. A este propósito, a professora Isabel Hub Faria afirmou que a iniciativa realizada foi «pelo menos em intenção, uma proposta inovadora, que re[pôs], em aparente igualdade de oportunidades, todas as línguas, verbais ou gestuais, sejam elas maioritárias ou minoritárias a nível regional ou a nível social» (2001: 14).

Veicular a língua à cultura implica a valorização do estatuto das mesmas no seio da comunidade europeia e mundial. Conhecer uma língua é muito mais do que reconhecer a sua estruturação formal. Conhecer uma língua visa a imersão plena na sua natureza idiosincrática, capaz de permitir a assimilação «de representação de conceitos de construção e partilha do significado» (Hub Faria 2001: 14). Quer isto dizer que ser capaz de aprender outras línguas significa estar aberto a novas oportunidades que a vida nos pode deparar, significa não se encerrar em si mesmo e abrir-se à pluralidade, respeitando e utilizando de pleno direito as benesses adquiridas e acessíveis a todos os membros da UE.

A compreensão intercultural potencializa o desenvolvimento económico. Uma melhor compreensão do outro passa pela aceitação daquilo que nos diferencia, contribuindo à erradicação de atitudes xenófobas, anti-semitas ou intolerantes, desprovidas de qualquer

fundamento numa sociedade plural. Por outro lado, uma atitude de aproximação ou, se preferirmos, de descoberta perante o outro, também nos permite conciliar posturas e encontrar na diferença elementos unificadores criadores de laços de cooperação, que induzem a um novo olhar sobre o outro, capaz de abrir um leque de oportunidades a nível pessoal e profissional.

Tal decisão consagra o papel relevante que a aprendizagem de outras línguas, além da língua materna e, se quisermos de uma língua como o inglês, adquirem no seio da UE enquanto vias excepcionais para «o desenvolvimento sócio-cultural, científico e económico dos povos que as falam» (Mateus 2001: 17).

As medidas adoptadas, há quase dez anos, pretendiam orientar, com proveito, os cidadãos pertencentes aos estados-membros, para as vantagens do conhecimento de outras línguas estrangeiras e da importância de extrapolar para fora das nossas fronteiras, politicamente diluídas, a nossa própria língua, mesmo quando minoritária, como é o caso do português a nível europeu.

Contudo, será que os objectivos almejados se alcançaram? Sinceramente, penso ainda termos muito caminho a percorrer. A consciencialização da importância da aprendizagem de outras línguas, cuja pujança económica do país pode ainda não estar suficientemente desenvolvida ou em recessão, constitui um obstáculo notório à sua implementação nos diferentes graus de ensino, ministrados pelos sistemas educativos dos países da UE.

A mentalidade economicista e, por vezes, tecnocrata de algumas entidades, quer nacionais quer estrangeiras, nem sempre lhes permite visualizar a importância que o ensino/aprendizagem de outras línguas pode ter no desenvolvimento interno da própria economia nacional.

Destituirmo-nos dessa vertente de difusão e de inclusão de um leque mais abrangente de línguas, significa despojarmo-nos da importância da língua e da cultura como signo identitário, incapacitando-nos de compreender a diversidade real da Europa e do mundo.

Não devemos deixar esmorecer os objectivos visados em 2001, aquando da celebração do Ano Europeu das Línguas. O desenvolvimento de uma «consciência linguística» (Castro 2001: 23) entre os cidadãos europeus surge no limiar da cidadania, mas não impera ou, pelo menos, não é facilitada a sua implementação em

todos os graus de ensino ou, inclusive, onde já existe pelas políticas ministeriais internas, sendo muitas vezes coartado o seu desenvolvimento curricular.

Numa sociedade onde a informação se processa à velocidade da luz, dominada pela globalização e por novas formas de acesso ao conhecimento, temos de mover a consciência dos cidadãos europeus, para a importância de fomentar o gene da aprendizagem de outras línguas que co-existem num espaço geograficamente partilhado, banhado «pela diversidade da sua história e das comunidades a que servem de instrumento aglutinador, mas impedidas de se ignorarem mutuamente pela exiguidade das distâncias» (Castro 2001: 23). Urge reavivar o multilinguismo europeu, defendendo-o como uma antiquíssima característica da idiosincrasia europeia. Isto não significa que devemos começar uma luta incessante contra o domínio da língua inglesa como língua de comunicação internacional. Não partilho, nem me identifico com essas lutas de domínios linguísticos e compreendo, sinceramente, a necessidade, em determinados contextos, de uma certa hegemonia linguística e da existência de uma língua franca como outrora o foi o português ou o francês. Não obstante esta situação concreta, onde dispomos da presença de uma língua comum que permite um acesso de entendimento rápido entre falantes de línguas muito diferenciadas, defendo que nos batamos pela diversidade linguística, intimamente ligada à diversidade civilizacional e cultural, pelo aprofundamento da capacidade de intercompreensão entre falantes de línguas aparentadas que, devidamente preparados ou, se preferirmos, treinados, poderão compreender essas línguas e fazer-se entender quando falam a sua.

A aprendizagem de outras línguas estrangeiras abrirá a porta a novas oportunidades laborais, a novas realidades sócio-culturais que permitirão a qualquer indivíduo «ultrapassar as barreiras do mundo do trabalho qualificado» (Mota 2001: 28).

Nas Conclusões da Presidência do Conselho de Nice de 7, 8 e 9 de Dezembro de 2000 defendeu-se que: «...a construção de um verdadeiro espaço europeu é uma prioridade da Comunidade Europeia [sendo] a abertura às culturas estrangeiras e a capacidade de [cada cidadão] se formar e trabalhar num ambiente multilingue [aspectos] essenciais para a competitividade da economia europeia» (Freitas 2001: 61).

Não querendo abster-me completamente e corroborando a importância das ilações retiradas nas Conclusões da Presidência do Conselho de Nice, considero, no entanto, que o ensino de línguas estrangeiras continua a ser pensado desde uma vertente estritamente económica, fortemente condicionado por aqueles países cujas economias de mercado estão em ascensão ou são tradicionalmente fortes.

## **2. Como projectar internacionalmente uma língua como o português?**

Projectar internacionalmente uma língua é uma tarefa complexa e vasta que, como já referimos anteriormente, obriga à conjugação de diferentes factores dependentes de coordenadas sociais, económicas e culturais, e que, por outro lado, condicionam os diferentes graus de ensino a adaptarem-se aos desafios da chamada vida moderna.

O estado actual da economia mundial condiciona os investimentos previstos ou necessários para o desenvolvimento de estratégias de actuação face à implementação das chamadas «indústrias da língua», expressão utilizada pela professora Mira Mateus e, muito particularmente, no caso que nos concerne, para uma política de expansão real da língua portuguesa no mundo.

Apesar da profunda crise mundial que estamos a atravessar, não podemos negar que a presente conjuntura político-económica e social alterou o estatuto do português como língua internacional, apelando ao reconhecimento da língua portuguesa no mundo como realidade linguística intercontinental

Esta característica permite a miscigenação cultural, ao assumir a língua a sua vertente intercontinental e acabando por projectar e consolidar pontes relacionais com outras civilizações, com outras maneiras de estar no mundo

É a nossa dimensão transcontinental que incentiva e nos impele ao descobrimento do outro. É por este motivo que devemos dar valor e marcar esta diferença ante outras realidades linguísticas e utilizá-la a nosso favor, como via primordial na difusão e divulgação da língua portuguesa, não descurando, obviamente, a vertente cultural como o melhor veículo de transmissão no ensino/aprendizagem da língua de Camões. A cultura como fonte de ócio, como o afirmei no II SIMELP,

que decorreu na cidade de Évora, é um manancial em bruto que impulsiona à aprendizagem da língua.

Em tempos, na obra *O Génio Português* (1913: 12), Teixeira de Pascoaes afirmou que «cada pátria tem o seu verbo e, uma alma inconfundível». Torga num pequeno poema intitulado «Pátria», de 1950, diz que «Hoje/[Sabe] apenas gostar/ Duma nesga de terra/ Debruada de mar.» (1999: 139). Ensinar uma língua significa sermos capazes de transmitir essa idiosincrasia inerente a uma nação, esses estados de alma que se traduzem em pequenas nuances, únicas e indissociáveis de um colectivo.

Ensinar a língua portuguesa implica assumir a sua vertente transatlântica, pluricontinental e multicultural. Não podemos, nem devemos eludir a expressão resultante de um «diálogo multissecular de povos e culturas, que têm por suporte a Língua Portuguesa», como prefaciou Roberto Carneiro na obra do professor Fernando Cristóvão *Da Lusitanidade à Lusofonia* (2008: 9).

Somos fruto presente de um passado onde os interstícios da história se decantaram pela miscigenação de povos e culturas que constituem, hoje, a nossa matriz comunicacional.

A construção de um projecto de ensino/aprendizagem coeso e coerente da língua portuguesa como língua estrangeira, capaz de vingar num mundo globalizado e com outras necessidades emergentes imperativas, condicionadas por factores económicos e sociais, obriga a uma adaptação, peremptória, do sistema de ensino face aos desafios da vida moderna. Porém, este não deve estar submetido a um processo de politização como, também não é aconselhável, os sistemas de ensino «permanecer[em] estáticos e impermeáveis às mudanças que surgem no mundo em que se inserem» (OCDE 1989: 13).

É dado adquirido que, desde tempos imemoriais, a economia determina o desenvolvimento de uma sociedade; mas, também não é menos correcto afirmar que, um bom nível de ensino, em qualquer país, é necessário à economia, estimulando o seu desenvolvimento.

Em países linguística e culturalmente próximos, como Espanha e Portugal, é preciso investir numa programação cultural contínua para que as sementes germinem sazonalmente, e se transformem num extensão referencial da própria vida cultural das cidades. A realização de uma política cultural coesa desperta o interesse pela aprendizagem

da língua, permitindo igualmente um desenvolvimento económico da nação, dado que a admiração pelo outro proporciona ou germina novas relações sócio-económicas.

A língua portuguesa é uma das cinco línguas mais faladas no mundo. É instrumento de comunicação verbal de aproximadamente 150 milhões de indivíduos, dispersos por todo o globo. O português é uma língua que se foi transformando, através dos séculos, desde o berço da nacionalidade até aos nossos dias. Não se circunscreve, unicamente, a uma realidade social singular, a um espaço geograficamente delimitado, como muito bem definiu Paul Tessier, nos anos oitenta, na sua «Lição Final», no encerramento do *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*:

É uma realidade original que não é do tipo nacional, já que abrange sete nações situadas na Europa, na América e na África, nem do tipo étnico, já que o português é usado por homens de todas as raças e origens, nem tão-pouco, por razões óbvias, de tipo económico, nem de tipo religioso. (1984: 46)

A língua assume uma «realidade de tipo ecuménico», recorrendo a uma expressão do professor Fernando Cristóvão (2008: 109), partilhando uma língua comum, cuja unidade se desdobra e se propaga na sua diversidade, tornando-se património, oral e escrito, de todos.

A expansão portuguesa pelo mundo projectou a língua nacional; abrindo, contudo, a porta à mudança, à apropriação e comunhão da mesma, através de uma permuta linguística e cultural bilateral, que faz com que os povos com quem esteve em contacto a reconheçam como sua. O tipo de contacto estabelecido facilitou o relacionamento humano, de diálogo e intercâmbio. Tornou mais fácil a adesão desses povos à língua, assumindo-a como língua franca de uso universal, mediadora entre partes em confronto e como língua comercial e religiosa.

Corroborar esta ideia, o estudioso francês, Marius F. Valkoff (1975), ao afirmar que

fora de Portugal pouca gente sabe que o português foi a língua franca mundial antes que o francês começasse a desempenhar esse papel e, mais tarde, o inglês. Essa velha *língua franca* portuguesa assumiu várias formas mais ou menos crioualizadas segundo os lugares e as circunstâncias.

A questão que aqui se coloca, bule com a forma de recuperar parte dessa projecção, não com laivos de saudosismo, mas com um certo ímpeto e cientes da importância da língua portuguesa no mundo. Assim sendo, como elevar o estatuto presente de uma língua, principalmente, em países hispano-falantes, quando a realidade económica parece entorpecer a sua projecção, entenda-se, posicionamento internacional?

Já aqui referimos que a dimensão transcontinental da língua portuguesa é um factor que nos diferencia perante as outras línguas. Contudo, não obstante o facto desta característica não lhe garantir uma posição de escopo internacional como língua de trabalho, é precisamente por este elemento diferenciador que nos temos que distinguir.

Os falantes nativos de português tendem a cingir-se à sua variedade linguística e considerá-la como a única válida. O desconhecimento ou medo perante a diferença, tende a dificultar a projecção da língua como objecto de aprendizagem. A professora Isabel Hub Faria (2000) refere, a este propósito, que «variação e a constatação da diversidade é uma questão de escala [a qual] é, frequentemente, uma questão de preconceito, predisposição e comportamento». Conquanto, é salutar frisar que a importância desta diversidade linguística, em vez de ser vista como pólo distintivo e separador, deve ser considerada como uma mais-valia. É primordial que assim seja.

A geografia de uma língua espelha a geografia política, social e cultural da nação que a fala, projecta-se no tempo e no espaço, convertendo em indelével uma parte importante da nossa própria identidade enquanto povo.

Existe «um fundo cultural comum de empatia e solidariedade» (Cristóvão 2008: 61) entre esses pontos dispersos pela geografia, hoje nações independentes (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor), sete portos onde um dia as caravelas portuguesas desembarcaram; e regiões como a Galiza, Casamansa, Goa e outros pequenos territórios asiáticos e Macau, que integrados noutras realidades nacionais, independentes, mantêm laços que nos vinculam *semper et ubique* linguística e culturalmente.



### 3. A língua portuguesa, um bem patrimonial

A língua portuguesa encerra em si um valor patrimonial que ultrapassa o conceito de “língua histórica” ao transformar-se, passo a citar, no

...tesouro das *provas* da nossa identidade, da herança de ideias, sentimentos e realizações acumuladas durante séculos. Tesouro [também compartilhado por aqueles] que conosco partilharam no passado, e partilham no presente, a mesma forma de comunicação. (Cristóvão 2008: 68)

Ao longo da nossa vida como docentes de PLE, constatamos que é, muitas vezes, através deste elemento diferenciador que os discentes estrangeiros chegam à língua portuguesa. É a nossa dimensão transcontinental que incita ao descobrimento do outro. Deste modo, devemos valorizar esta diferença e utilizá-la a nosso favor como elemento primordial na divulgação e difusão da própria língua, recorrendo obrigatoriamente à vertente cultural para melhor projectar o ensino/aprendizagem da língua de Camões.

Impor a aquisição de uma língua não surte, em termos precisos, grandes resultados, é a cultura que proporciona e incentiva a sua aprendizagem e, neste sentido, a divulgação da cultura portuguesa e do mundo lusófono pode constituir a marca diferencial.

Uma política linguística exterior passa, indubitavelmente, pela criação de uma política cultural externa que urge concretizar. Penso que neste sentido o Instituto Camões, através da sua rede de Centros de Língua Portuguesa e Leitorados, tem marcado a diferença perante alguns institutos seus conterrâneos. Em Espanha, situação que conheço pessoalmente, a acção cultural exterior tem aumentado significativamente e tem proporcionado um aumento no interesse pela aprendizagem do português como língua não materna.

A situação do português no mundo está a mudar e, em Espanha em particular, o número de estudantes aumenta de forma considerável ano após ano. Factores sociais e económicos fomentam a perspectiva da mobilidade individual e colectiva e a sua integração na comunidade do país receptor passa obrigatoriamente pela aquisição da língua portuguesa. A conjugação de sinergias tem permitido a realização de uma política cultural conjunta que conduz ao relançamento da língua portuguesa a nível internacional.

Provavelmente, este processo não é tão célere como gostaríamos, a realidade económica que os países de língua portuguesa e de língua oficial portuguesa vivem presentemente, a par da situação igualmente crítica da economia mundial, como já foi anteriormente referido, limitam as conjecturas de difusão cultural e a inserção do português nos diferentes graus de ensino no estrangeiro e, muito particularmente, em Espanha. Porém, não obstante, a realidade a que estamos circunscritos, devemos centrar os nossos objectivos de ensino de PLE num processo de continuidade, salvaguardando as actividades, quer a nível cultural quer a nível de ensino, que dão provas da sua eficiência. Devemos também demonstrar uma capacidade de adaptabilidade às novas formas de transmissão do conhecimento que passam obrigatoriamente pela inclusão da língua e da cultura portuguesa na Sociedade do Conhecimento.

O português tem que se esforçar por se tornar visível, mediante uma adequada política científica e tecnológica. Através destas novas auto-estradas informáticas do conhecimento, a língua portuguesa pode readquirir um percurso de expansão linguística e atingir o reconhecimento internacional que merece. Por outro lado, a rapidez de processamento da informação faz com que o indivíduo capte de forma imediata a diferença no todo. Quer isto dizer que a diversidade existente na oralidade e escrita do português (considerando aqui exclusivamente as duas variedades com maior número de falantes: a portuguesa e a brasileira) poder-se-á ver beneficiada por esta nova via de informação e conhecimento. Devemos aproveitar esta nova concepção de comunicação para difundir a realidade linguística transcontinental do português; parece-nos primordial fomentar este elemento que é, muitas vezes, o ponto de partida para o início da aprendizagem da nossa língua:

A diversidade linguística e cultural da Língua Portuguesa [é] uma questão internacionalmente inadiável que obriga à definição de uma política de língua (...) entre os países que têm o Português como língua oficial. (Hub Faria 2000)

O interesse que a nossa língua desperta como língua de negócios, de exercício profissional ou de inserção social deve ser aproveitada sem demora. As fronteiras diluem-se e as únicas barreiras que se levantam são a nível linguístico. Vivemos um período de premência linguística onde urge definir estratégias de ensino, que valorizem e imponham o ensino da língua de Camões. Devemos

valorizar a nossa diversidade, dando-nos a conhecer tal como somos, nós e o outro.

Os acordos bilaterais assinados entre Portugal e o Brasil (veja-se a este propósito o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado a 22 de Abril de 2000) devem fomentar uma cooperação efectiva que promova realmente o conhecimento do respectivo património cultural através de uma língua que nos é comum. Isto não implica uma política de reunificação linguística; antes pelo contrário, penso que não devemos descurar a valorização da diversidade da língua portuguesa, deve-se apenas criar uma nova política de gestão linguística que viabilizará a sua internacionalização. A língua como a vida estão em contínuo devir e se criarmos um percurso comum cientificamente reconhecido e culturalmente respeitador da diferença, poderemos «pensar o Português a nível internacional [e] orientar a acção local, abrindo caminhos para o desenvolvimento dos seus falantes nativos e dos candidatos à sua aprendizagem como língua não materna» (Hub Faria 2000). Por outras palavras, existe um longo caminho a percorrer e o abandono superficial do conhecimento que temos um do outro contribuirá, sobremaneira, para uma melhor difusão da língua e cultura portuguesas e dos países lusófonos, em termos latos.

Queremos, no entanto, frisar que esta iniciativa comum de valorização da língua como bem patrimonial comum, se deve desenvolver, também, no âmbito das comunidades portuguesas e luso descendentes residentes no estrangeiro. Ainda hoje o número de falantes portugueses residentes em Espanha reclama de forma incipiente o ensino do português; só muito, paulatinamente, se vão reencontrando com a sua língua materna e vão ao encontro de instituições que lhes possam proporcionar o seu ensino e, nalguns casos, a sua aquisição. É preciso conjugar esforços de divulgação e de incentivo à aprendizagem e continuidade da língua portuguesa no seio destas comunidades para que o acto de adaptabilidade a um país não passe pela renúncia da própria língua.

Reclamar o direito à identidade linguística passa, sem dúvida, por uma política de ensino e gestão exterior a nível ministerial. Contudo, enquanto vivemos uma situação de impasse fruto de uma série de conjecturas que fogem ao nosso próprio controlo, devemos fomentar a projecção cultural do país, dado esta proporcionar a

difusão da língua e outorgar-lhe o reconhecimento e estatuto internacional que merece.

Se a língua muda como:

...mudam os nossos conceitos de vida, a nossa forma de estar, a arquitectura, a moda, o pensamento filosófico e científico e até a própria natureza. [...] Então a língua muda devagarinho como as demais formas de comportamento humano, introduzindo aqui e acolá uma inovação temerosa, logo combatida pelos guardiões do tempo. Mas quando os homens acreditam que é possível intervir na história, ou quando se julgam capazes de forçar a natureza, então as convulsões abrem novos mundos. (Mateus 2002)

Estabelecendo uma ponte entre o que fomos e o que somos começamos a construir o nosso amanhã, derrubamos as barreiras impostas por medos que em nada contribuem à difusão da língua portuguesa, está nas nossas mãos não nos acomodarmos ao presente, refugiando-nos na segurança que o passado nos traz, somos nós quem deve afiançar-se no futuro e fazer com que os cerca de 187 milhões de pessoas na América do Sul, 16 milhões de africanos, 12 milhões de europeus, dois milhões na América do Norte e 330 mil na Ásia, sintam que a língua por eles falada não é apenas uma língua, é mais do que isso, é a nossa identidade cultural e nacional, é uma maneira de estar no mundo e que merece ser reconhecida e dignificada internacionalmente. Urge dar continuidade a uma política de língua que «não se esgota no ensino da língua» (afirmação do professor Carlos Reis aquando da apresentação do relatório preliminar ao “Estudo sobre o valor económico da Língua Portuguesa”, 2010), recorrendo aos recursos humanos e financeiros de que dispomos, oferecendo cursos a qualquer pessoa interessada, independentemente de frequentar ou não a universidade. Temos que assumir plenamente a universalidade do português e não esquecer que, acima de tudo e, parafraseando a Pessoa, a nossa *Pátria é a língua portuguesa*.

## Bibliografia

Buescu (1984): Maria Leonor Carvalhão Buescu, *A língua portuguesa, espaço de comunicação*, Amadora, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

- Castro (2001): Ivo Castro, "Diversidade linguística", in M. H. Mira Mateus (coord.), *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 23-25.
- Cristóvão (2008): Fernando Cristóvão (ed.), *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra, Almedina.
- Freitas (2001): Ana de Freitas, "O português escrito em interacção com outras línguas", in M. H. Mira Mateus, *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 61-66.
- Hub Faria (s.d.): Isabel Hub Faria, *A Língua Portuguesa no Ano Europeu das Línguas*. Disponível em <http://www.fl.ul.pt/pessoais/noticias/destaque.htm>
- Hub Faria (2001): Isabel Hub Faria, "Mais línguas, Mais Europa", in M. H. Mira Mateus, *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 14-19.
- Mira Mateus (2001): Maria Helena Mira Mateus (coord.), *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística*, Lisboa, Edições Colibri.
- Mira Mateus (2002): Maria Helena Mira Mateus, *Uma política de língua para o português*, Lisboa, Edições Colibri.
- Mira Mateus (2002) Maria Helena Mira Mateus, *Variação e variedades: o caso do Português*. Disponível em [www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-variacao.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-variacao.pdf)
- Mota (2001): Maria Antónia Mota, "Variação e diversidade linguística em Portugal", in M. H. Mira Mateus (coord.), *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 27-34.
- OCDE (1989), *O ensino na sociedade moderna*, Rio Tinto, Colecção Biblioteca Básica de Educação e Ensino, Edições ASA, 1ª edição.
- Paiva Raposo (1984): Eduardo Paiva Raposo, "Algumas observações sobre a noção de «Língua portuguesa»", *Boletim de Filologia*, n. 29, pp. 585-592.
- Pascoaes (1913): Teixeira de Pascoaes, *O Génio Português*, Porto, Renascença Portuguesa.
- Piel (1989): Joseph-Maria Piel, "Origens e estruturação histórica do léxico português", in J.-M. Piel, *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, pp. 9-16.

Silva (1988): Rosa Virgínia Mattos Silva, *Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português*, Lisboa, ICALP, vol. 11.

Tessier (1985): Paul Tessier, "Lição Final", in *Actas do Simpósio sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, Lisboa, ICALP.

Torga (1999): Miguel Torga, *Antologia Poética*, Edições Dom Quixote, Lisboa, 5ª edição.

Valkof (1975): Marius F. Valkof, *Miscelânea Luso-Africana*, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa.